Cartas ao *AFRICOM* No. 3

As Áreas de Conservação Transfronteiras e o *AFRICOM*: A Resolução de Conflitos e a Sustentabilidade Ambiental

Robert R. Sands, PhD

OS PARQUES DA Paz *[Peace Parks-PPs]* são uma espécie de *TFCA* com dois objetivos principais – a resolução de conflito e a conservação e manutenção de biodiversidade – estabelecidos principalmente em regiões de antigo, pós ou possível conflito. A segurança humana e ambiental é de grande interesse a muitos países africanos e habitantes. Oferece, também, a possibilidade de cultivo de parcerias, aumentando o alcance e a influência do *Comando*. O Simpósio *AFRICOM* [*African Command*-Comando Africano] de 2009, patrocinado pela Universidade da Aeronáutica, ofereceu um seminário de segurança ambiental e delineou como o *Comando* faria parte de parcerias duradouras e pertinentes. A tarefa de um dos grupos de trabalho foi debater as *TFCAs* e *PPs*.[1] Aquele grupo apresentou diversas iniciativas ou possíveis funções que o *AFRICOM* desempenharia para promover a segurança ambiental no Continente. O presente artigo explora o uso de *TFCAs* no contexto africano, utilizando as iniciativas que beneficiariam as populações locais, divisadas pelo grupo de trabalho, bem como a sustentabilidade humana e ambiental da região e do continente.

A África, a Segurança Ambiental e as Forças Armadas Norte-Americanas/AFRICOM

Durante os últimos 20 anos, a participação das forças armadas americanas na segurança ambiental da África vem ocorrendo de forma um tanto inconsistente. Atribui-se essa falta de consistência aos diferentes enfoques das administrações presidenciais de Clinton e Bush, referentes ao ambiente e à segurança. A administração Clinton vinculou a segurança do meio ambiente à Estratégia de Segurança Nacional, enquanto as duas administrações de George W. Bush minimizaram tal conexão.

No que concerne à política exterior norte-americana para com a África Austral e as diretrizes de administração do meio-ambiente, Dan Henk (2006) descreve uma abordagem via três frentes: o Departamento de Estado *[Department of State-DoS]*; a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [*United States Agency for International Development-USAID]*; e o Departamento de Defesa [*Department of Defense-DoD*].[2] Também determinou que a participação da agência norte-americana em segurança ambiental em países ao sul da África – África do Sul, Botsuana e Namíbia – é incompetente e bitolada [i.e., um sistema ou método desenvolvido de forma isolada, sem considerar seu inter-relacionamento para com outros sistemas existentes ou futuros], com recursos escassos, em comparação a outras iniciativas estrangeiras. Além disso, a falta de capacidade em definir projetos enfocados em segurança ambiental e de clara abordagem para unificar as tentativas regionais, devido a má coordenação entre as agências, só resultou em modestos ganhos relativos ao estabelecimento de parcerias e financiamento de projetos de segurança

O autor agradece aos membros do Grupo de Trabalho da Segurança Sustentável [Sustainable Security Working Group-SSWG] *da Universidade da Aeronáutica e participantes do Grupo 4, Segurança Ambiental, do Simpósio* AFRICOM *de 2009, pelo entusiasmo e diligência para com o tema em pauta e outros relacionados à segurança ambiental. Agradecimentos também a Jacquelyn Dent, Irene Nester e Dan Henk pelos comentários e interação. O apoio incansável e paciente do Tenente-Coronel Bob Munson e todo seu trabalho em prol do Grupo 4 que levou ao sucesso alcançado.*

ambiental.[3] Sugere ainda que existe a possibilidade de exame de parcerias militares em questões ambientais na África do Sul. No entanto, até 2006, as únicas duas organizações dentro do *DoD* que comportavam a segurança ambiental eram o Comando Europeu [*European Command-EUROCOM], naquela* época o Comando Combatente Norte-Americano com jurisdição sobre a África e um pequeno escritório para o meio-ambiente que fazia parte do Gabinete do Secretário de Defesa *[Office of the Secretary for Defense-OSD], denominado Sub-Secretariado Assistente de Defesa para Instalações e Meio-Ambiente [Deputy Undersecretary of Defense for Installations and Environment-DUSDIE]*, com mínimo financiamento para projetos mais ou menos relacionados à observância ambiental naquele continente.

Dos três países, a Botsuana recebeu o quinhão principal de fundos, a maioria do *DoD*. Contudo, entre 1990 e 2005, o financiamento de projetos não relacionados ao *DoD* para aqueles três países era canalizado através de uma série de programas da *USAID*, inclusive o apoio à tentativa local e regional de conservação para o *Projeto da Bacia do Okavango* e a promoção da iniciativa *Kavango Zambeze (KAZA)*. O enfoque do financiamento militar era a Força de Defesa de Botsuana *[Botswana Defence Force-BDF]* para equipagem e treinamento, a fim de *reforçar* o combate à invasão de território e à exploração ilegal de recursos naturais.[4] A Namíbia também recebeu financiamento da *USAID* e militar no início da década de 90. Esse último foi para apoiar o programa local de Gestão de Recursos Comunitários Naturais *[Community-Based Natural Resources Management-CBNRM]* e o primeiro para financiar projetos ambientais. O programa *CBNRM* foi bem sucedido em coordenar as administrações da Namíbia e Estados Unidos, organizações não-governamentais (ONGs) internacionais e comunidades locais que cooperaram muito bem. Grande parte do enriquecimento da biodiversidade ficou encapsulada no objetivo principal da redução de pobreza rural através de melhoria de qualidade de vida.[5]

Como Henk relata nos exemplos da Namíbia e Botsuana, as verbas escassas, comparadas a outras iniciativas de diretrizes estrangeiras e a direção tomada, sinalizaram a falta de interesse por parte do *DoE, USAID e DoD* durante a última administração.

A Origem do *AFRICOM* e o Relacionamento Existente / ou a Possibilidade de Relacionamento para com a Segurança Ambiental

A organização teve origem em 2007. O objetivo dos Estados Unidos era criar um Comando Combatente, a fim de divisar a "abordagem do governo como um todo", para exercer influência positiva através do estabelecimento de relações colaborativas com nações parceiras e outras organizações em todo o continente africano. "A criação desse *Comando* permite ao *DoD* melhor concentrar os recursos em apoio a, e aperfeiçoamento de iniciativas americanas já existentes, a fim de assistir as nações africanas, a União Africana e as comunidades econômicas regionais a obter êxito. Também proporciona aos países africanos e organizações regionais um ponto de coordenação integrada do *DoD* para a abordagem de necessidades relacionadas à segurança."[6]

Os vice-comandantes do *DoS* e *DoD*, representantes da *USAID* e de outras agências governamentais pertinentes fazem parte da liderança do *Comando* que buscará a participação de nações parceiras e organizações humanitárias também associadas à questões africanas de comum interesse.

Essa mudança de paradigma das Forças Armadas Norte-Americanas acerca de relacionamentos reflete as mudanças em relações exteriores em um século XXI cada vez mais "globalizado". Talvez o mérito de discussões teóricas de globalização esteja fora de âmbito para o presente artigo. No entanto, deve-se mencionar que o resultado final do envolvimento dos Estados Unidos em um continente tão diversificado como a África – com muitos países que ainda hoje tentam desvencilhar-se das repercussões do jugo colonial – sugere que o intuito principal da política exterior norte-americana seja dedicado à operações de reconstrução e estabilidade, proporcionando ao

DoD a possibilidade de desenvolver parcerias com as nações africanas.

Como Henk destacou em seu artigo, os padrões históricos de iniciativas de diretrizes estrangeiras relativas à segurança ambiental na África que incluem disfunção e formas bitoladas [que se desenvolvem em ambiente isolado, solucionando objetivos restritos ou, fazendo face à necessidades específicas, de maneira não prontamente compatível com outros sistemas] existiriam em todo tipo de projetos de operações de estabilidade dentro da metodologia típica do Comando Combatente (*Cocom*). No entanto, o presente *Comando* existe como meio de utilizar o desempenho e pontos fortes de agências caracteristicamente autônomas em participar de vários procedimentos, inclusive uma série de programas militar-militar, para fomentar ambiente "estável e seguro". Em um continente como a África, onde a maioria das nações está dando os primeiro passos e a qualidade de vida é limitada, devido a uma série de fatores como infraestrutura mínima ou não-existente, conflitos étnicos, crises ambientais naturais ou causadas, resultando em perda de recursos naturais, doenças e inanição, não podemos vincular a noção de "segurança" ao conceito tradicional de defesa da integridade nacional. Deve, contudo, refletir uma perspectiva mais centrada em seres humanos.

Em essência, a prosperidade e estabilidade intra e inter fronteiras dentro do continente, irá promover e manter os elementos que fazem parte da segurança humana. O conceito de segurança humana teve origem na década de 90 e anos seguintes com a promulgação da ONU.[7] Tida como radical quando apresentada pela primeira vez, a noção de segurança humana redefiniu a noção de estado "seguro" como aquele onde a segurança individual e o bem-estar de comunidades locais são fundamentais e não um governo centralizado, competindo em arena internacional, através de ameaças e potência militar.[8] "A segurança deve continuar 'centrada em pessoas' não em nações. Seu componente mais básico seria "uma vida sem medo ou carência."[9]

A preservação é crítica à "implementação" da segurança humana e, em certos casos, à proteção do meio-ambiente contra as forças nacionais e globais em competição entre si. Essa noção de segurança "ambiental" significa a minimização de conflitos, devido a escassez de recursos naturais, como minerais, água, pastagem e madeira. À medida que o *Comando* passa da administração de funções ao engajamento de países e do povo, o conceito de segurança humana, especificamente de segurança ambiental, deve ser um dos componentes principais dessa estratégia, através de obras de reconstrução e estabilidade. A promoção, planejamento e assistência a programas e projetos de segurança ambiental, até mesmo originando "condições" para a conscientização de segurança ambiental são funções e possíveis canais de financiamento / cooperação ou coordenação do *Comando* e parceiros africanos.

O desenvolvimento e manutenção de *TFCAs* e *PPs* seriam programas viáveis, onde o *AFRICOM* efetuaria mudanças positivas, imediatas e duradouras em segurança humana, proporcionando canais de comunicação, a fim de promover objetivos operacionais, táticos e estratégicos, i.e, "levar a cabo a participação contínua, através de programas militar-militar, atividades patrocinadas pelas forças armadas e outras operações militares, como ordenado, a fim de propiciar ambiente estável e seguro, em apoio às diretrizes da política exterior norte-americana".[10]

As Áreas de Conservação Transfronteiras

O estabelecimento de áreas ecológicas ou zonas de conservação intra/inter nações para promover sustentabilidade e estabilidade possui longa história. O advento de parques e florestas nacionais nos Estados Unidos é apenas um exemplo do uso de zonas de conservação. Recentemente, tal prática foi elevada a meio de resolução de conflito, proporcionando ambiente receptivo à manutenção de relações pacíficas entre as nações, fomentando a sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, preservando acesso a recursos naturais. O estresse ambiental raramente respeita fronteiras nacionais. Assim, a cooperação entre países e regiões é benéfica, pois alivia pro-

blemas similares ou comuns.[11] A segurança ambiental gera interações que serviriam de "blocos" para a edificação de futura cooperação, concentrando-se em manter a paz ambiental, sem interface negativa, causada por problemas ambientais.[12] A Área Transfronteira Protegida *[Transfrontier Protected Area-TFPA],* Área Trans-Linha de Demarcação Protegida *[Transboundary Protected Area- TBPA]* ou Área de Conservação Transfronteira *[Transfrontier Conservation Area-TFCA]* são identificadas como Áreas Protegidas *[Protected Areas-PA]* e são áreas de conservação que existem em ambos os lados de fronteiras nacionais ou outras linhas de demarcação regionais, coloquialmente denominadas Parques da Paz *[Peace Parks-PP].*[13] A definição comumente aceita para essas zonas é a da publicação da União Mundial para a Natureza *[World Conservation Union-WCU] de 2001,* intitulada *Transboundary Protected Areas for Peace and Cooperation.*[14]

Neste artigo, a sigla *TFCA* será utilizada para conceituar a noção precisa de áreas ou zonas ecológicas ou de conservação. De um modo geral, todas as definições contêm o estabelecimento de "áreas protegidas" ecológicas entre nações que em diversos setores compartilham fronteira política, certa comunicação regular e informação entre parceiros de *TFCA.* Às vezes, as *TFCAs* abrangem áreas protegidas que possuem ou não fronteiras contíguas e distinguem-se pela existência de áreas e solo de uso múltiplo.[15] O estabelecimento dessas zonas de conservação nacionais e internacionais foi usado para solucionar diversas questões locais, nacionais e internacionais. O programa foi bem sucedido em diversos setores, especialmente na África, facilitando a resolução de conflito territorial e promovendo a sustentabilidade ambiental.[16] Nas *TFCAs* os resultados são diferentes para cada grupo:[17] para conservacionistas, é um meio de se fazer cumprir a proteção da biodiversidade; para as forças armadas de diferentes nações, uma área livre de invasão humana; para forças rebeldes, uma área de refúgio ou plataforma preparatória a futuros ataques; para o governo, populações nativas e empresas particulares de ecoturismo, o desenvolvimento econômico; e, para as empresas farmacêuticas ou ONGs internacionais interessadas em preservar a biodiversidade agrícola, um armazém "genético" com potencial em recursos naturais ou dados referentes à mudança ambiental para utilização atual ou futura.

O importante é que essas áreas assimilam os membros de comunidades locais e organizações não-governamentais na administração de terras para fins múltiplos, o que, para este autor, baseia-se em:

> a) sustentabilidade de biodiversidade, através de conservação, inclusive a conservação e gestão de recursos naturais, como água (hidrelétricas) e recursos terrestres, como florestas, a fauna selvagem e a diversidade e preservação de áreas e propriedades de uso comum"[18] para reduzir o conflito causado, devido a debilitação de recursos;
>
> b) a sustentabilidade e gestão do desenvolvimento econômico local e regional, através de ecoturismo e programas de utilização de solo;
>
> c) a preservação da paz regional e estabilidade, através de resolução de conflito e manutenção de relações bi / multilaterais entre as nações.

Tais zonas oferecem proteção suplementar às fronteiras, favorecendo a contenção de terrorismo. A cooperação em gerenciamento de zonas de conservação promove a sustentabilidade de "*paz fácil*" entre habitantes limítrofes amigos. Também servem de ferramenta importante para ponto de partida ao desenvolvimento de "*paz difícil*" (entre habitantes limítrofes adversários), possibilitando o diálogo entre rivais, oferecendo estratégia valiosa e facilitando a saída de situações impossíveis.[19]

Uma de suas funções principais é promover, apoiar e proteger a biodiversidade e manter o acesso das populações e tribos indígenas a recursos naturais locais. Além disso, o ecoturismo é o mecanismo que propulsiona o financiamento e meio de vida aos que vivem dentro de, e adjacente à *TFCAs,* de forma direta, através de gerenciamento e meios de sustento oferecido pelos parques e, indireta, através de dólares gerados pelo ecoturismo.[20] Essas zonas, tais como o Parque Transfronteira do Grande Limpopo *[Great Limpopo Transfrontier Park-GLTP],* que atravessa as fronteiras de Moçambique, África do Sul e Zimbábue e a Área de Conservação Ngorongono *[Ngorongono*

Conservation Area-NCA] contam com área de moradia para as populações indígenas dentro e adjacente às áreas limítrofes dos Parques. Mesmo limitando a estratégia típica de subsistência, por exemplo, a vida pastoril dos Massai, o desenvolvimento e a sustentabilidade de *Parques NCA* oferecem emprego, experiência, treinamento e educação.[21] Existem precedentes a esse tipo de área com o intento de fomentar o desenvolvimento de populações locais, através de ganho econômico e de administração local. *A Northern Rangeland Trust (NRT)* é uma iniciativa organizada e liderada por comunidades no Quênia do Norte. Os membros da *NRT* são comunidades pastoris cujo modo de vida tradicional foi um tanto marginalizado pelo setor formal do país. A área foi estabelecida por esses grupos nativos, juntamente com outros interessados em conservar a biodiversidade, a fim de criar cobertura administrativa local, destacando a conservação e a administração ambiental judiciosa para aperfeiçoar, diversificar e sustentar a vida pastoril. Atualmente, comporta 15 comunidades nativas de conservação em seis distritos.[22]

Os Parques da Paz

Os *PP*s já existem desde 1932 com o estabelecimento do Parque da Paz *Waterton-Glacier International*, situado na fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá.[23] As organizações, como a Comissão Mundial de Áreas Protegidas *[World Commission on Protected Areas-WCPA]* da *IUCN*, o Fundo Mundial para a Natureza *[World Wildlife Fund-WWF]* e a Universidade das Nações Unidas para a Paz *[United Nations University for Peace-UNUP]* de certa forma funcionam para promover o conceito da instituição de paz, através do estabelecimento de Parques. Embora semelhante à *TFCA*, sua definição é ligeiramente diferente.

Segundo a *IUCN*, um *PP* deve promover um "objetivo claro de biodiversidade e paz, bem como cooperação entre dois países ou jurisdição sub-nacional."[24] A *UNUP* define os *PPs* como áreas protegidas onde "existe histórico de grande conflito".[25] Trevor Sandwith *et al* (2001) declaram que são "áreas protegidas transfronteiriças, formalmente dedicadas à proteção e manutenção de diversidade biológica, recursos naturais e culturais pertinentes, bem como a promoção de paz e cooperação".[26] Ali (2007) também define os *PPs* de maneira similar.[27] Evidentemente, o enfoque de *PPs* é a manutenção de relações pacíficas entre as nações, a promoção de sustentabilidade ambiental e a preservação de acesso a recursos naturais.

Não só mitigando tensões, esses Parques oferecem outras soluções de colaboração, em lugar de fronteiras com barricadas que isolam e propagam a inquietude. Esse tipo de desenvolvimento vem sendo utilizado com sucesso em áreas regionais propensas a conflito ou em situação pós-conflito como na fronteira entre o Kuwait e o Iraque.[28]

A zona desmilitarizada da Coreia é um corredor de 50 anos de natureza intacta. Simboliza a oportunidade para que os governos do norte e do sul colaborem na manutenção de *habitats* e na reintrodução de diferentes espécies ao ecossistema, além de promover a paz e relações de cooperação internacional sem precedentes.[29] A Índia e o Paquistão compartilham a geleira de Siachen. Essa região de conflitos passados e presentes "por aquela terra de ninguém, estéril, em declínio e desabitada, de valor estratégico questionável, é emblema sinistro de incompatibilidade prolongada".[30] Kemkar (2005) propõe a criação de um "Parque da Paz Transfronteira" administrado bilateralmente pela Índia e Paquistão, o que colocaria um ponto final à "guerra de baixa intensidade entre as duas nações".[31] O Parque que existe na região pantanosa da Mesopotâmia entre o Irã e o Iraque, encontra-se em estágios preliminares. Seu objetivo é reunir sunitas e xiitas na restauração de pântanos frágeis, necessários à biodiversidade e agricultura, danificados por décadas de conflito.[32] Além do mais, existe a proposta para uma série de *TFCAs* para a fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão.[33]

A criação desse tipo de área na África no início de 1990 colocou em destaque os Parques da Paz[34] estabelecidos via discussões de interesse comum, inicialmente entabuladas entre o Presidente sul africano do Fundo Mundial da Natureza *[World Wildlife Fund-WWF],* Anton Rupert e o Presidente de Mo-

çambique, Joaquim Chissano, em 1990. Mais tarde, receberam o apoio do recém-eleito Presidente da África do Sul, Nelson Mandela. A Fundação dos Parques da Paz *[Peace Parks Foundation-PPF]* foi estabelecida em 1997 sob o patrocínio dos governos de Moçambique, Zimbábue e África do Sul, ONGs, como o *WWF* e o Banco Mundial.

Existem vários Parques bem sucedidos ao sul da África, inclusive o Parque Transfronteira do Grande Limpopo *[Great Limpopo Transfrontier Park-GLTP]* e o Parque Nacional Kibira *[Kibira National Park]*, os Parques Nacionais de Virunga *[Virunga National Park]* e o dos Vulcões *[Volcanoes National Park],* que compõem a *TFCA* dos Grandes Lagos de Burundi, da República Democrática do Congo e Ruanda. A iniciativa ambiciosa do Parque da Paz *KAZA* inclui *TFCAs* em cinco países africanos – África do Sul, Botsuana, Moçambique, Zimbábue a Angola.[35] O *KAZA* encontra-se em fase de planejamento há vários anos, devido a fatores como a instabilidade política de alguns membros, que levaram a conflito interno. A implementação de tal iniciativa coloca em relevo os possíveis benefícios das *TFCAs* para as nações e países vizinhos.

Outro exemplo é o Parque Internacional da Paz "W" na África Ocidental. Essa *TFCA* abrange três países do Oeste africano – Benin, Burkina Fasso e Níger e possui mais de um milhão de hectares. Porções foram destacadas para reserva selvagem em 1926. A região passou por várias administrações durante o período colonial e [respectivas] independências até a década de 80. Após, surgiram as práticas nativas de busca de forragem, criação de gado e atualmente, o pastoralismo e o movimento periódico de pessoas e gado por distâncias relativamente curtas, tipicamente à pastagens mais altas durante o Verão e a vales mais baixos durante o Inverno.[36] Em 1986, os três países entraram em colaboração para o gerenciamento compartilhado do parque, com ênfase em administração sustentável de recursos naturais. O gerenciamento é economicamente impulsionado pelo turismo e caça esportiva, à medida que as populações periféricas vivem às portas de pobreza abjeta. O Parque ainda encontra-se em situação ecologicamente frágil. O turismo e os programas de caça não completamente desenvolvidos afetam a sustentabilidade da área. Os programas para integrar essas populações à gestão sustentável do Parque nunca cessam. As leis estritas de conservação deram lugar à abordagens mais "participativas", incluindo os membros de populações nativas na "co-administração" do Parque, através de uma série de obrigações e direitos.

Os Aspectos Negativos

Alguns estudiosos clamam que, até agora, o desenvolvimento de zonas de conservação deixou de produzir os benefícios esperados, como promover a sustentabilidade ambiental e econômica. Os terrenos adjacentes à áreas preservadas, muitas vezes cedem à comercialização e a paz só acontece em áreas designadas para conservação.[37] Na verdade, a criação de zona de conservação demarcada, especialmente as que cruzam fronteiras nacionais, pode levar a seus próprios conflitos. Além disso, Duffy observa que os Parques são um paradoxo da globalização.[38] As vantagens são inegáveis, como mencionado acima, muitas relacionadas à forças globais, como o ecoturismo e a pressão internacional das ONGs para preservar a biodiversidade, tais como a *WWF* ou a *Nature Conservancy.* No entanto, a globalização, vista como oportunidade, também gera impactos negativos no solo, subsistência nefasta e práticas ilegais. Muitas *áreas* possuem fronteiras permeáveis e porosas, mal patrulhadas por agências nacionais, que tornam frequentes as atividades ilegais, como a exploração criminosa de recursos naturais, contrabando e narcotráfico, atraindo interesses políticos poderosos. "O paradoxo é que a criação de Parques exige mais, e não menos, controle governamental das zonas fronteiriças e apresenta questões importantes para a gestão ou controle de forças em prol de globalização nas regiões mal administradas de um mundo em desenvolvimento."[39] No caso do *NCA*, a população Massai que vive dentro ou adjacente às fronteiras da *TFCA*, ficou restrita ou extremamente limitada em práticas tradicionais de subsistência, devido as atividades do Parque. Sacrificam-se as tradições culturais

e meios de vida. Mesmo quando o Parque emprega os nativos, acabam sendo penalizados devido a falta de educação, encontrando trabalho como atendentes ou, pior ainda, servindo de diversão a turistas.[40]

Sob diferente perspectiva, os grupos internacionais de conservação, embora reconheçam que as tribos possuem direito à terra e à sua utilização, descobrem que quando removem os padrões tradicionais de subsistência, possibilitando aos nativos a aquisição de tecnologia moderna, causam, muitas vezes, dano a essa mesma biodiversidade que administravam com o uso de métodos tradicionais de sobrevivência.[41] Os conservacionistas como Richard Leakey e Christof Schenke da *Franfurt Zoological Society* estão de acordo. Para Leakey, se os povos indígenas da região, como os Massai no *NCA*, desejam melhorar a qualidade de vida – isso implica em desenvolvimento de terras tradicionais (agora parques) e acaba por destruir o Parque, [porque] "não se pode manter um parque nacional se habitações modernas, escolas e outros edifícios brotam por toda a parte."[42] O fato inescapável seria a relocalização de povos indígenas para manter a integridade da zona de conservação. Embora os conservacionistas reconheçam que isso causará impacto no modo de vida dos habitantes, hesitam em desacelerar atividades de manutenção da biodiversidade como objetivo primordial das áreas de conservação, como o *ANC*. Schenke acredita que é possível proteger o modo de vida ". . . contanto que esse não entre em conflito com os objetivos conservacionistas . . . a fim de proteger a biodiversidade, é imperativo a manutenção de certas áreas do globo livres de impacto humano. Assim, em áreas protegidas, a conservação é a prioridade."[43]

É claro que a criação e o estabelecimento de Parques da Paz e *TFCAs* podem apoiar os três objetivos delineados no início deste artigo: a resolução de conflitos, a manutenção da biodiversidade e o desenvolvimento socio-econômico. Também ficou bem claro que certas facetas da globalização, como algumas *TFCAs* e Parques da Paz irão afetar e provavelmente prejudicar culturas africanas tradicionais seculares. O fato é que, às vezes, o estabelecimento de *TFCAs* e Parques da Paz causa conflito, quando busca mitigá-lo.

O conceito de *TFCAs,* adotado globalmente, obteve o apoio de grande número de ONGs, empresas privadas e governos. No entanto, com todo o desenvolvimento das *TFCAs*, *PPs* e outras zonas de conservação, falta mandato claro apoiado por estudo sistemático e empírico que realmente incentive os fundamentos teóricos e os motivos expostos para o desenvolvimento e manutenção dessas áreas. [Os analistas] já tentaram medir sistematicamente o "efeito" ou "desempenho" de *TFCAs*. Anna Spenceley e Michael Schoon propõem que a organização dos Parques da Paz seja estruturada como um sistema socio-ecológico.[44] Dentro desse sistema, utilizando como exemplo o *GLTP*, sugerem o uso de recursos naturais transfronteiras em turismo ecológico como mecanismo para direcionar, não apenas a biodiversidade, mas muito mais importante, talvez, o efeito no desenvolvimento econômico da região. Em terminologia simples, o crescimento econômico local é o fator determinante de desempenho. O ponto de vista de Anne Hammill e Charles Besancon é diferente. Sugerem que devemos considerar essas áreas como meio de atenuação de conflito. Com respeito ao histórico de paz/conflito e sua conexão com as *TFCAs*, a sugestão dos autores é examinarmos a interação de tais contextos com a "habilidade" das mesmas em atuar "como árbitros de paz, mas, em regiões atualmente em meio a conflito ou aquelas que possuem histórico de conflito, podem inadvertidamente exacerbá-lo".[45] Utilizando uma Avaliação de Paz e Impacto de Conflito *[Peace and Conflict Impact Assessment-PCIA]*, desenvolvida sob várias formas por Kenneth Bush e Luc Reychler o Sistema de Avaliação do Impacto de Conflito *[Conflict Impact Assessment System-CIAS]* para projetos de resolução de paz e conflito mais gerais, Hammill e Besancon predicam o uso desse dispositivo para analisar a *TFCA* dos Grandes Lagos, a fim de examinar as declarações otimistas de agências, governos e grupos, acerca do sucesso de *TFCAs* e *PPs,* através de um só enfoque *i.e.*, aquele que promove um "ambiente de paz e cooperação".[46]

Os autores, como Duffy, [opinam que] o estabelecimento de *TFCAs* é um paradoxo da globalização. Seu conceito, em si, é uma função da globalização. No entanto, como observamos, existem inferências para com essa gênese que são comprometidas por outras atividades, "igualmente apoiadas pela transformação mais ampla em direção à globalização".[47] A criação de *TFCAs* também sugere a seguinte questão: Será que estaríamos dando origem à nova forma de Estado transfronteiriço, acumulando "camadas" administrativas regimentadas, expandindo o controle estatal sobre tal território, juntamente com os recursos e indivíduos que nele se encontram"?[48]

Há muitos interessados desempenhando papéis principais no desenvolvimento e manutenção dessas zonas. O conceito em pauta, especificamente PPs, aparentemente existe intuitivamente baseado em raciocínio lógico, para fazer face aos impactos dramáticos e imediatos de determinado número de disparidades e condições do planeta no século XXI. Por exemplo, mudanças de clima, perda de biodiversidade e *habitat*, esgotamento de recursos naturais e disparidades socio-econômica-culturais, criando novos padrões de marginalização de povos indígenas e até mesmo novos grupos étnicos, normalmente marginalizados: exploradores ilegais de recursos naturais, narcotraficantes e até mesmo piratas. Os Parques também servem de núcleo para o estabelecimento ou restabelecimento de identidade nacional étnica ou cultural em regiões de pós-conflito, onde existem nações incipientes fracassadas em áreas em fase de desenvolvimento ao redor do globo, tais como muitos países recém-independentes. Para que essa noção de *TFCAs* recém implementada em muitas regiões do globo seja bem sucedida é necessário satisfazer esses três objetivos, atenuando, tanto quanto possível, o impacto de crises ambientais, os efeitos da globalização e os conflitos do século XXI. Também é necessário que todos os interessados participem metodicamente, não só na formulação de objetivos para o programa, como também no desenvolvimento e manutenção das áreas. O *AFRICOM* seria um participante fundamental nesse processo. Através de colaboração e parceria com outros interessados, contribuiria de forma significativa à promoção de operações de estabilidade em muitos países e regiões africanas, providenciando financiamento, equipamento / tecnologia, experiência ambiental, além de educação e treinamento.

O AFRICOM e as TFCAs - Colaboração

Uma vez que grande número de interessados toma parte no estabelecimento de *TFCAs*, especificamente Parques da Paz, o sucesso depende da existência de parcerias colaborativas entre os interessados. Por conseguinte, as forças armadas nacionais e de policiamento podem e vêm proporcionando melhor segurança para manter a integridade do território, reduzindo a exploração ilegal de recursos naturais, inclusive fauna, minério e madeira. A colocação da Força de Defesa de Botsuana *[Botswana Defence Force]* em campo para combater o cruzamento ilegal de fronteiras e a exploração criminosa, demonstra o que é possível com zonas de conservação.[49]

O firme desenvolvimento de parques nacionais e Parques da Paz internacionais é uma maneira de proporcionarmos modelos ambientais, paz estável e prosperidade econômica a muitos países africanos, adiando a degradação ambiental, a exploração ilegal e a melhoria de segurança ambiental e nacional.

O *Comando* adiciona sua contribuição ao programa cooperativo de segurança ambiental, em fase de desenvolvimento, juntamente com a participação de outros interessados. O *DoD*, através da *DUSDIE*, promove um programa de parceria ambiental bem sucedido, oferecendo assessoria, principalmente em planejamento e cumprimento de normas, com orçamento bastante modesto. Esses programas contínuos incluem grupos de estudo para o planejamento de atendimento a vazamento químico e programas como tecnologia e gestão de resíduos sólidos perigosos. A atenuação de degradação ambiental causada por conflitos presentes e passados e falta de programas sofisticados para o cumprimento de normas ambientais que minimizam a ação

humana é boa oportunidade para a utilização de recursos financeiros e humanos do *Comando*. No futuro, à medida que o comando expande o perfil operacional no continente, o cumprimento para com a legislação ambiental também será importante.

Além das iniciativas atuais, o *Comando*, em geral, e a Força Aérea dos EUA (*USAF*), em particular, entrariam em parcerias com os governos africanos e suas forças armadas para continuar a manter as zonas de conservação existentes e assistir no desenvolvimento de projetos, como *KAZA*, promovendo: a transferência de conhecimento ambiental e de boas práticas e treinamento para a manutenção de biodiversidade e a conservação de recursos naturais; o emprego de capacidade aérea, a fim de monitorar linhas de demarcação de território e fronteiras, a circulação de animais selvagens, atenuação da exploração ilegal de recursos naturais e terrorismo, identificação de degradação ambiental em zonas de conservação, transporte de recursos humanos e equipamento para a administração do Parque; e, o apoio ao desenvolvimento de competência em segurança, através de treinamento e equipamento.

A seguir, apresentamos possíveis recomendações elaboradas durante o simpósio AU/*AFRICOM* realizado de 31 de março a 2 de abril na Universidade da Aeronáutica situada na Base Aérea Maxwell. O grupo de estudos dedicado à segurança ambiental produziu uma série de competências e perspectivas acadêmicas. Essas recomendações abordam possíveis contribuições aos três objetivos gerais da *TFCA*, conforme descrito no início deste artigo.

Recomendações

1. "Providenciar educação, treinamento de segurança ambiental e cooperação regional para as forças armadas africanas."

As Bases Continentais da Força Aérea nos Estados Unidos (*CONUS*) administram o meio ambiente e também superintendem as terras federais. É imperativo que as Bases mantenham interface com diversos órgãos reguladores e cumpram com as leis e regras ambientais. Requer-se também que consultem as Tribos Indígenas Americanas reconhecidas pelo Governo Federal e que afirmam existir vínculo histórico dentro do patrimônio ambiental das Bases. No entanto, além do cumprimento de leis, devem também entrar em parceria com as comunidades locais, grupos ambientais e de cidadãos interessados, organizações ambientais (como a *Nature Conservancy*), e ativistas, tais como os Defensores da Vida Selvagem *[Defenders of Wild Life],* para manter e conservar os recursos ambientais das Bases, proteger a vida selvagem, sustentar a biodiversidade e atenuar o impacto das operações para com o meio ambiente.

Esse processo de estabelecimento de parceria com interessados em meio-ambiente assistiria os africanos a desenvolver e manter as *TFCA*s e Parques da Paz. Na verdade, o conceito de Parques da Paz é um processo de apoio ao *ethos* da proteção ambiental necessário a todos os interessados em estabelecer parcerias em segurança ambiental. O resultado é uma base de conhecimento em experiência de gestão e perícia.

2. "Auxiliar as forças armadas e governos africanos a estabelecer segurança em Áreas de Conservação Transfronteiras (TFCA). Exemplo: a Força de Defesa de Botsuana."

3. "Assistir na divulgação de dados relacionados à pirataria, exploração ilegal de recursos, tráfico, terrorismo e outras atividades ilícitas que ocorrem na área."

As zonas de conservação que possuem mais de uma fronteira nacional exigem sólido programa para manter a segurança das nações fronteiriças. A segurança possui diversas facetas: a proteção de parques e nações contra o terrorismo; a proteção de moradores, funcionários e ecoturistas; a proteção de comunidades indígenas adjacentes às *TFCAs*. Esses parques também são essenciais à proteção de áreas de biodiversidade (inclusive a fauna) e recursos naturais críticos, como água e madeira. Uma área onde o pessoal da *USAF* prestaria

assistência seria em treinamento e para equipar as forças armadas, a fim de que possam garantir a segurança. Certas possíveis abordagens seriam monitoramento aéreo/ satélite, mapeamento *GPS*, treinamento de interdição, transporte e treinamento para conflitos. As forças armadas nacionais da Botsuana (Força de Defesa da Botsuana) seriam os parceiros lógicos para compartilhar a experiência, caso necessário.

Da mesma forma, a *USAF* ofereceria auxílio à forças de segurança de organizações como o Serviço de Parques Nacionais *[National Park Service]*, o Serviço Florestal dos Estados Unidos *[United States Forest Service]* e o Gabinete de Gerenciamento de Terras *[Bureau of Land Management],* providenciando treinamento e equipagem. De fato, sua experiência seria também valiosa na manutenção de programa de segurança viável, como o da Força de Defesa de Botsuana.

4. "Compartilhar dados para identificar e manter áreas adequadas a TFCA.

5. "Facilitar os programas de TFCAs com o apoio de Administradores de Meio-Ambiente e Recursos Naturais do DoD."

Como mencionado, o *DoD*, especificamente a *USAF*, possui programas sólidos de gestão ambiental em todas as instalações no *CONUS*. Tal programa conta com a participação de gestores de recursos naturais e culturais que mantêm programas de conservação ativos, destinados a proteger a biodiversidade (através do cumprimento de leis, tais como *a Lei de Espécies Ameaçadas [Endangered Species Act-ESA]* e a proteção de recursos culturais dentro dos limites da instalação. Esses programas contam com ambientalistas e especialistas experientes em desenvolvimento e implementação de programas de recursos, bem como na manutenção dos mesmos, *vis à vis* à evolução de exigências da missão e uso do solo. A manutenção de programas bem sucedidos requer o emprego de programas científicos pró-ativos, centrados na manutenção de biodiversidade, inclusive em *habitats* de animais selvagens. Essa experiência em gerenciamento incluiria uma série de competências necessárias ao controle de espécies invasoras, manutenção de vida selvagem, através de proteção (bem como rejuvenescimento) e atenuação de efeitos devido a causas naturais (como incêndios e inundações) para com o meio ambiente e outros programas benéficos às *TFCAs*. Além do mais, tais programas forneceriam recursos para coleta, análise e modelos testados na prática, tais como a Parceria para Ar Intra-Domiciliar Limpo / Iniciativa para Ar Limpo [*The Partnership for Clean Indoor Air / Clean Air Initiatives-PCIA/CAIs*] ou o modelo de sistemas ecológico-social para determinar o sucesso das *TFCAs*. Ademais, o processo para a declaração/avaliação de impacto ambiental [*Environment Impact Statement/Environment Impact Assessment-EIS/EIA*], utilizado por todas as agências federais e estatais, especificamente pela Força Aérea, também estaria engajado na localização de *TFCAs* e previsão de consequências de desenvolvimento, quer sejam intencionais ou não.

6. "Prestar assistência em programas de reabilitação ambiental, a fim de minimizar o impacto humano como remoção de minas, fazendo com que o ambiente volte à sustentabilidade uma vez mais."

O *DoD* mantém programas mandatórios para fazer face aos efeitos do impacto humano sobre o meio ambiente, tais como a recuperação de locais *Super Fund* [programa do governo federal para localizar, investigar e limpar resíduos tóxicos abandonados em toda a nação, limpeza de locais de escape de químicos tóxicos, remoção de minas e de equipagem militar pesada, inclusive explosivos, de campos inativos de prova e tiro. Esses programas oferecem vasta experiência para confrontar o impacto humano ao meio ambiente. Essa perícia seria útil na abordagem do impacto humano em zonas de conservação em conflitos atuais e passados, recentes ou não, bem como outros usos do solo.

7. "Oferecer educação ou programas de treinamento interculturais a todos os interessados. Desenvolver medidas de avaliação para os programas, inclusive estudos etnográficos de curto e longo prazo para garantir que o desenvolvimento e manutenção de zonas de conservação sejam a solução eficaz e sensível à cultura de tribos nativas que vivem dentro e adjacente às zonas de conservação."

O Centro de Línguas e Cultura da Força Aérea *[Air Force Culture and Language Center-AFCLC]* desenvolveu o conceito de inter-competência cultural (3C) para servir de base a programas de treinamento e Educação Militar Profissional *[Professional Military Education-PME]* que, no fundo, é a apresentação de cultura geral – disciplinas de cultura e perícia aplicadas, tais como comunicação intercultural, negociação e observação participativa. O 3C é importante à cultura local em interações interculturais e para aperfeiçoar as medidas tomadas em apoio ao desenvolvimento e à gestão.[50]

Conclusão

As *TFCAs* e Parques da Paz são fenômenos globais de histórico relativamente recente para podermos julgar os resultados em todo o espectro de objetivos, inclusive a melhoria da biodiversidade, a sustentabilidade de recursos naturais, o aumento de independência econômica e política ou, pelo menos, certo aperfeiçoamento nesses campos para as populações indígenas e locais, maior cooperação através de fronteiras nacionais e outros benefícios diretos ou indiretos. Como vimos, existem várias *TFCAs*, assim como zonas de conservação intranacionais no continente. Levando em consideração seu número, bem como seu desenvolvimento, o apoio do *Comando* e especialmente da *USAF*, promoveria objetivos básicos para o estabelecimento de parcerias, fornecendo capacidade, o que resultaria em maior estabilidade para a África. ❑

Notas

1. Air University/AFRICOM Symposium Final; Relatório.

2. D. Henk, "The Environment, the US Military and Southern Africa," *Parameters* 36, no.2 (2006):99.

3. Ibid, p. 111.

4. D. Henk, *The Botswana Defense Force in the Struggle for an African Environment (Initiatives in Strategic Studies: Issues and Policies* (New York: Palgrave Macmillan, 2007).

5. D. Henk, 2006, p. 109.

6. "United States Africa Command Mission Statement,"disponível em, http://www.africom.mil/About AFRICOM.asp (acessado em 5 setembro, 2009).

7. A definição de segurança humana foi apresentada pela primeira vez na publicação da Nações Unidas de 1993 *Human Development Report*, seguida pela publicação da Comissão de Segurança Humana da ONU de 2003, *Protecting and Empowering People.*

8. Ibid, p.1.

9 R. Ferreira and D. Henk, "'Operationalizing' Human Security in South Africa."*Armed Forces and Society, 20, no.10 (2008): 1.*

10. "United States Africa Command Mission Statement,"disponível em, http://www.africom.mil/About AFRICOM.asp(acessado em 5 setembro, 2009).

11. L. Brock. "Peace through Parks: the Environment on the Peace Research Agenda." *Journal of Peace Research* 28 (1991): 407-423.

12. K. Conca e G. Dabelko, *Environmental Peacekeeping* (Washington, D.C.: Woodrow Wilson Press, 2002).

13. As muitas definições de áreas ou zonas "protegidas" que cruzaram certa fronteira formal ou política estão, na verdade, bem aliadas em conceito.Ver E. Hsiao, "Peace Parks: A Natural Alternative", *University of Peace and Conflict Monitor (2007)*, http://www.monitor.upeace.org/archive.cfm?id_article=456 (acessado em 16 junho, 2009).

14. T. Sandwich, C. Shine, L. Hamilton e D. Sheppard, *Transboundary Protected Area for Peace and Cooperation.* IUCN, 2001.

15. Southern African Development Community (SADC) *Protocol on Wildlife Conservation and Law Enforcement*, 1999.

16. T. Weed, "Central America's Peace Parks and Regional Conflict Resolution", *International Environmental Affairs,* 1994.

17. A. Hammill and C. Besancon, "Measuring Peace Park Performance: Definitions and Experiences," em S. Ali (ed), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

18. A noção de Hardin da *Tragedy of the Commons*, onde grande número de pessoas interessadas podem ter impacto negativo em ecologia compartilhada, se seus interesses pessoais sobrepujam o gerenciamento compartilhado e as tentativas de sustentabilidade.

19. S. H. Ali, "Introduction" em S. Ali (ed) *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

20. D. Timothy, "Cross-border Partnership in tourism resource management: International Parks along the US-Canada Border." *Journal of Sustainable Tourism* 7 (1999):182-205.

21. J.T. McCabe, S. Perkin, and C. Schofield, "Can conservation and development be coupled among pastoral people? An examination of the Maasai of the Ngorongoro Conservation Unit, Tanzania." *Human Organization* 51, no. 4 (1992): 353-366.

22. Ver o *site* da NRT, que faz parte da Wildlife Direct, http://northernrangelands.wildlifedirect.org/ e também o documentário, *Milking the Rhino, http://*milkingtherhino .org/film.php *para maiores detalhes re. a NRT.*

23. M. Ramutsindela, "Scaling Peace and Peacemakers in Transboundary Parks: Understanding Glocalization." Ali, S. 2007. "Introduction: A Natural Connection between Ecology and Peace". Em S. Ali (ed), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

24. E. Hsiao, p. 1 (2007), http://www.monitor.upeace .org/archive.cfm?id_articles=456 (acessado em 9 setembro, 2009).

25. Ibid, p.1.

26. T.S. Sandwith, C. Sine, L.S. Hamilton e D.A. Sheppard. "Transboundary protected areas for peace and cooperation." (IUCN, Gland, Switzerland e Cambridge, U.K, 2001), Disponível em www.wcpa.iucn.org (acessado em 9 setembro, 2009).

27. S. Ali, "Introduction: "A Natural Connection between Ecology and Peace?", em S. Ali (ed)), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

28. F. Alsdirawi and M. Faraj, "Establishing a Transboundary Peace Park in the Demilitarized Zone (DMZ) on the Kuwait/Iraq Borders." *Parks.* 14, no.1 (2004):48-55.

29. H. Healy, Hall, "Korean Demilitartized Zone: Peace and Nature Park." *International Journal on World Peace*, XXIV, 4 (2007): 61-83 e K. Kim, "Preserving Korea's Demilitarized Corridor for Conservation," em S. Ali (ed)), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

30. N. Kemkar, "Environmental Peacemaking: Ending Conflict Between India and Pakistan on the Siachen Glacier through the Creation of a Transboundary Peace Park." *Stanford Environmental Law Journal* 25 (2005): 1-56.

31. Ibid, p.23.

32. M. Stevens, Iraq and Iran in Ecological Perspectives: The Mesopotamia Marshes and the Hawizeh-Azim Peace Park, em S. Ali (ed), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

33. S. Fuller, "Linking Afghanistan with its Neighbors through Peace Parks: Challenges and Prospects," em S. Ali (ed), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

34. L. Brock, "Peace through Parks: the Environment on the Peace Research Agenda."Journal of Peace Research 28: 407-423, 1991.

35. D. Henk, D. "Human and Environmental Security in Southern Africa:The Kavango-Zambezi (KAZA) Transfrontier Conservation Area Project," 2009.

36. A.D. Drume-Yaye, B. Daounda e J. Koudenoukpo Biao, 2007. "The 'W' International Peace Park" em S. Ali (ed), *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution* (Cambridge MA: MIT Press, 2007).

37. Brock, 1991.

38. R. Duffy, "Peace Parks: The Paradox of Globalization." *Geopolitics* 6, no.2 (2001):1.

39. Ibid, p. 1.

40. J.T. McCabe, S. Perkin e C. Schofield, "Can conservation and development be coupled among pastoral people? An examination of the Maasai of the Ngorongoro Conservation Unit, Tanzania." *Human Organization* 51, no. 4 (1992): 353-366.

41. Ali, S. 2007, p. 15. Ver também Schwartzman et al. 2000. "Rethinking tropical conservation: Peril in Parks. *Conservation Biology*"14, no. 5 (2000): 1351-57 and K. Redford e S.E. Sanderson, 2000, "Extracting humans from Nature." *Conservation Biology* 14, no. 5 (2000):1362-64 para pontos de vista opostos re. à divisão humana/natureza.

42. "Geographical Dossier: Land rights and wrongs", 2003. www.geographical.co.uk (acessado em 7 setembro, 2009).

43. Ibid., 34.

44. Anna Spenceley and Michael Schoon, "Peace Parks as Social Ecological Systems: Testing Environmental Resilience in Southern Africa," in Ali, ed., Peace Parks, 83–104.

45. Hammill and Besancon, "Measuring Peace Park Performance," 25.

46. Ibid., 38. See also Kenneth Bush, A Measure of Peace: Peace and Conflict Impact Assessment (PCIA) of Development Projects in Conflict Zones, Working Paper no. 1, the Peacebuilding and Reconstruction Program Initiative and the Evaluation Unit (Ottawa, Canada: International Development Research Centre, 1998); and Luc Reychler, The Conflict Impact Assessment System (CIAS): A Method for Designing and Evaluating Develo-

pment Policies and Projects (Ebenhausen, Germany: Conflict Prevention Network, 1999).

47. Duffy, "Peace Parks," 22.
48. Ibid.
49. Henk, Botswana Defense Force.
50. Para as sete recomendações aqui apresentadas, ver Burgess, Air Force Symposium 2009, 9.

O Dr. Sands é o Titular da Cátedra de Cultura do Centro de Línguas e Cultura da Força Aérea – Universidade da Aeronáutica e Titular da Cátedra do Departamento de Competência Inter-Cultural (3C) e Catedrático Assistente de Antropologia para o Centro de Cultura e Idiomas da Força Aérea e Universidade da Aeronáutica na Base Aérea Maxwell, Alabama. A fim de providenciar recursos para os diferentes currículos, ideou e deu início ao Projeto de Estudos Culturais, uma tentativa etnográfica informada para captar narrativas de experiências que fazem parte da carreira de todos os militares da Força Aérea, refletindo a necessidade e importância da educação e treinamento cultural. O Dr. Sands lecionou em todos os campos de antropologia em faculdades e universidades no sul da Califórnia e Nevada por mais de uma década. Além disso, desempenhou as funções de arqueólogo e gestor de recursos culturais para o Departamento de Serviços Florestais dos Estados Unidos e para o Departamento de Defesa.Também é perito de nota em esportes e cultura, e etnografia. Publicou cinco livros sobre o assunto. Seu trabalho mais recente tem a ver com a perspectiva das origens de corrida a pé e religião e uma perspectiva biocultural de esportes e movimento humano, inclusive a paleoecologia da corrida e evolução humana. Edita e contribui agora para um volume a respeito do tema que será publicado em 2010.

As opiniões expressas ou insinuadas nesta revista pertencem aos seus respectivos autores e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade da Força Aérea ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos do governo norte-americano.